

Proteção legal de património arqueológico (2020): procedimentos

*Arqueóloga, DGPC

Maria Ramalho*
mramalho@dgpc.pt

Cromeleque dos Almendres

Fixação de zona especial de proteção
Portaria n.º 477/2020, de 2 de julho.

O Cromeleque dos Almendres situa-se na União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, concelho de Évora. Classificado como Imóvel de Interesse Público em finais de 1974, foi agora reclassificado como Monumento Nacional, considerando-se também essencial o estabelecimento de uma zona especial de proteção (ZEP), servidão administrativa destinada a reforçar a salvaguarda da envolvente dos imóveis classificados, assegurando assim o seu enquadramento paisagístico e perspectivas de contemplação. Para tal, foram fixadas restrições, criando-se uma área de sensibilidade arqueológica correspondente a toda a ZEP, onde se determina que qualquer intervenção ou alteração do uso do solo, incluindo modificações no coberto vegetal, terá de ser objeto de medidas de salvaguarda de carácter preventivo, indicando-se, também, que devem ser respeitadas as edificações de cariz rural já existentes na envolvente.

Voltado a nascente, o Cromeleque dos Almendres implanta-se no cume de uma suave elevação com 413 m de altitude, distando da cidade de Évora cerca de 12 km. O território onde se encontra este cromeleque é, sem dúvida, um dos locais do país mais ricos em monumentos megalíticos e onde a componente paisagística, caracterizada pela presença de azinheiras e sobreiros, se torna um elemento fundamental para a sua valorização.

O recinto megalítico apresenta uma planta complexa que resulta de várias etapas de estruturação e reformulação, sendo a primeira fase constituída por um conjunto de cerca de vinte e nove menires agrupados em três núcleos circulares e, a segunda, pelo acrescento de mais um recinto formado por dois agrupamentos de megálitos de maiores dimensões. Atualmente o monumento integra um total noventa e cinco menires talhados em diferentes tipos de quartzodioritos (uma rocha presente na zona), ostentando distintas morfologias, tais como: subparalelepípedicas, cilíndricas, ovóides ou estelares. O comprimento destes megálitos oscila entre os 1,30 m e os 3,0 m, predominando os que apresentam pequena e média dimensão. Outra das componentes de maior destaque em termos patrimoniais é a riqueza decorativa presente em alguns destes menires (um total de dez) tendo sido reconhecidos diferentes motivos, como as designadas «covinhas», as representações de báculos, as formas geométricas de diversos tipos, e até figuras antropomórficas.

Pelos estudos efetuados concluiu-se que este cromeleque terá surgido no Neolítico Antigo, sendo posteriormente remodelado durante o Neolítico Final, com a possibilidade, já colocada por alguns investigadores, de ter sido também utilizado durante o Calcolítico.

O Cromeleque dos Almendres, para além de ser um dos monumentos megalíticos mais importantes de Portugal, integra também o maior conjunto de menires estruturados de toda a Península Ibérica e um dos mais relevantes do Megalitismo Europeu, sendo neste caso notória a relação estreita entre o património arqueológico e os valores ambientais e paisagísticos, fatores que importa preservar como um todo.

Castro do Crastoeiro

**Classificação como sítio de interesse público e fixação de zona especial de proteção
Portaria n.º 510/2020, de 13 de agosto**

Situado no lugar de Campos, freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, concelho de Mondim de Basto, o Castro de Crastoeiro implanta-se num esporão existente na base da vertente oeste do Monte Farinha, local onde se ergue o célebre «Santuário de Nossa Senhora da Graça», com origens no século XVI. De notar que este castro possuiu uma ampla visibilidade sobre o vale do rio Tâmega, território conhecido pela abundância dos seus recursos naturais. O sítio arqueológico agora classificado como de interesse público, corresponde a um importante povoado datado da Idade do Ferro (entre os séculos IV e I a. C), sendo um relevante testemunho das formas de ocupação do noroeste de Portugal durante este período. No local é possível observar um complexo sistema defensivo adaptado à topografia local, com duas cintas de muralhas de planta ovalada, integrando ainda a nordeste, numa área menos protegida, um fosso escavado na rocha. O paramento destas muralhas é duplo e constituído por blocos de granito que depois eram preenchidos com terra e pedras de reduzidas dimensões. Em alguns trechos é possível observar que a muralha chegou a atingir uma largura máxima de cerca de dois metros e meio, por dois de altura.

Do povoado são também detetáveis algumas estruturas habitacionais com formatos diversos sendo que, na vertente sudoeste, se destacam as de planta retangular, enquanto no centro do povoado surge uma casa circular com vestíbulo frontal e outra retangular com cantos arredondados. Associados às habitações surgem pavimentos, lareiras, pias e fossas abertas no saibro. O Castro de Crastoeiro chegou a ser ocupado por pouco tempo durante o período romano, ficando como testemunhos dessa época algumas estruturas de planta retangular ou sub-retangular.

No interior do povoado identificaram-se, ainda, outros testemunhos de grande interesse patrimonial como os cerca de cinquenta afloramentos rochosos com gravuras de temática abstrata organizados em cinco recintos distintos. Cronologicamente atribuíveis ao Bronze Final, período anterior à implantação do próprio povoado, estes conjuntos decorativos mostram uma série de gravuras típicas dessa fase como as «covichas», os círculos simples e concêntricos, ou os motivos quadrangulares e em espiral.

Dos materiais exumados durante as campanhas arqueológicas que se iniciaram nos anos 80 do século XX, altura em que o povoado foi descoberto, destacam-se os objetos de uso quotidiano das populações que aqui se fixaram, como as cerâmicas indígenas de fabrico manual, algumas contas de pasta vítrea e mós manuais em granito. Importante ainda destacar que o estudo carpológico efetuado aos sedimentos existentes no interior das fossas, revelou que o cultivo predominante desta região era o trigo espelta, cereal que parece afirmar-se como sendo o mais importante na alimentação das comunidades da Idade do Ferro do noroeste de Portugal. Do período de ocupação romana exumaram-se alguns fragmentos de ânfora, *terra sigillata* e paredes finas, bem como três denários, um deles republicano e os outros dois do período de Augusto, sendo o abandono definitivo do local datado de finais do século I d.C.

Balneário romano de São Vicente do Pinheiro

Classificação como monumento de interesse público

Portaria n.º 619/2020, de 19 de outubro

O balneário de São Vicente do Pinheiro, da Época Romana, localiza-se na freguesia de Termas de São Vicente, concelho de Penafiel, uma região especialmente rica em recursos hídricos, usufruindo, também, de solos com boa aptidão agrícola. Este monumento, que se encontra em bom estado de conservação, integra-se numa zona ajardinada da atual estância termal de São Vicente edificada no início do século passado.

O balneário romano, construído entre os finais do século I e inícios do século II, teve como função o aproveitamento das águas medicinais sulfídricas, bicarbonatadas sódicas e muito fluoretadas de uma nascente localizada nas proximidades da ribeira da Camba, curso de água que se situa também muito perto deste complexo termal.

O edifício das termas possui apenas 250 m², mas divide-se em onze compartimentos, integrando as habituais salas para banhos frios e quentes com piscinas revestidas a *opus signinum*. Inclui ainda duas entradas diferenciadas, uma a norte destinada à zona pública das termas, e outra a sul, de acesso à área de serviços.

As paredes deste complexo termal são em granito, material que poderia facilmente ser obtido na região. Os diferentes compartimentos teriam uma cobertura formada por *tegulae* e *imbrices*, que seriam depois assentes numa estrutura de madeira.

Integra este balneário uma sala central lajeada a xisto a partir da qual se poderia aceder a outros espaços, nomeadamente ao *apodyterium* e a duas salas absidadas onde, numa delas, foi encontrada uma grande bacia de bronze assente em barras cravadas na parede e que se destinava aos tratamentos por vapor. Atualmente este interessante e raro objeto, com cerca de trinta quilos, encontra-se depositado no Museu Municipal de Penafiel.

O restante espaço aquecido era composto pelo *sudatorium* ou *laconium*, zona que possuía um pavimento formado por tégulas cobertas a *opus signinum*, bem como paredes revestidas de *alveoli* por onde circularia o calor proveniente do *hypocaustum*, constituído por pilares ladeados de arquetes em tijolo.

Relativamente à zona de serviços, esta compunha-se de duas salas retangulares, uma delas destinada à receção da água da nascente que aqui chegava através de um canal em pedra, enquanto a outra, com chão lajeado e lareira, integrava canalizações que permitiam a saída das águas já utilizadas.

O sítio foi identificado no início do século XX, no decorrer das obras de edificação do atual complexo termal e, desde essa altura, não foram feitos outros trabalhos arqueológicos aguardando-se, para breve, os resultados de um novo estudo sobre este importante e original monumento.

Castelo da Pena da Rainha

Classificação como sítio de interesse público

Portaria n.º 609/2020, de 19 de outubro

O Castelo da Pena da Rainha, também conhecido por Castelo de São Martinho da Pena, localiza-se na freguesia de Abedim, concelho de Monção. O sítio, que se destaca pela presença de um maciço granítico de grande interesse geológico e paisagístico, corresponde ao local onde, em data desconhecida, se implantou uma estrutura amuralhada associada a uma povoação que, em 1268, recebeu das mãos de D. Afonso III uma carta de foral. Este castelo era também a cabeça do julgado de Pena da Rainha abrangendo grande parte do território do atual concelho de Monção. Com a mudança da linha de defesa para a fronteira do rio Minho, o castelo de Pena da Rainha, como vários outros, foram perdendo a sua função estra-

tégica caindo mais tarde em ruínas, sendo que, neste caso, serviu ainda como local de retirada de cantaria quando, no século XVIII, se procedeu à construção da igreja de Abedim, povoação situada a menos de 3 km a sudeste. É também natural que a disponibilidade de pedras neste local tivesse levado os habitantes de Abedim a usá-las na construção das suas novas casas quando estes, num processo bastante comum em outros locais do país, abandonam o velho castelo em busca de um clima menos agreste e de uma maior proximidade às terras de cultivo. Apesar do grande potencial arqueológico deste sítio, o que hoje se observa no local onde antes existiu uma importante povoação, são apenas alguns negativos do que foram as suas muralhas, trechos de uma antiga torre de menagem erguida já em época posterior, bem como fundações de estruturas que podem estar relacionadas com uma igreja românica dedicada a São Martinho, templo este que não corresponde à pequena capela que ainda hoje é alvo de romaria e que se presume datar dos séculos XVIII ou XIX.

A relevância do Castelo de Pena da Rainha, associada à escassez de dados sobre a sua evolução histórica, deveria motivar a que, no futuro, se procedesse a um estudo aprofundado e multidisciplinar do local.

Torre da Lapa, ou Torre da Marinha

Classificação como monumento de interesse público

Portaria n.º 318/2020, de 27 de março

A Torre da Lapa implanta-se num local isolado, no sítio de Vale da Azinhaga, freguesia de Ferragudo, concelho de Lagoa. Atualmente esta estrutura encontra-se muito próximo de uma falésia alta e abrupta mas, tendo em conta a erosão costeira, não deverá corresponder já ao distanciamento que deveria ter tido relativamente ao mar.

A posição estratégica em que se encontra, a este da desembocadura do Rio Arade, aponta, desde logo, para a função que detinha como estrutura de vigilância da costa, correspondendo, tipologicamente, a outras atalaias datadas do século XVI. Esta torre integrava-se num dispositivo mais amplo de defesa e vigilância de uma costa, que, sobretudo ao longo do século XVI, era bastante vulnerável a ataques de piratas e corsários, podendo ser referidas estruturas semelhantes, como a Torre de Aires, em Tavira, ou a Torre de Bias, no concelho de Olhão, classificada em 2012 como monumento de interesse público. A importância da Torre de Bias reside no facto de, em tempos, ter possuído uma pedra com armas régias, associada à data de 1549, facilitando assim não só a caracterização cronológica de estruturas com a mesma tipologia, como a da Lapa, mas também o reconhecimento desta construção como dispositivo de defesa de iniciativa real.

A Torre da Lapa é uma construção singela, de planta circular, com apenas 5 m de diâmetro, executada em alvenaria de pedra retirada da zona, tendo sido depois rebocada pelo exterior. Até à sua reconstrução, em 2017, era também possível vislumbrar, sob o reboco exterior entretanto removido, uma faixa de pintura em tom avermelhado. Durante os trabalhos de reabilitação, observou-se que a torre foi originalmente concebida como uma estrutura oca, aparentemente sem acesso, a não ser por escada exterior que só seria montada em caso de necessidade, tendo o seu interior sido posteriormente preenchido por pedras miúdas e terra. A estrutura original deveria também ter integrado uma plataforma protegida por parapeito, sobre a qual se posicionavam os homens que se encarregavam da vigilância do território.

Para além da sua função como torres de vigia, estas estruturas serviam, igualmente, para avisar as populações da possibilidade de ataque por mar, e da necessidade de serem acautelados os seus bens em caso de desembarque. O alarme era dado através de toque de sino ou de sinais de fumo, podendo, durante a noite, usar-se o fogo (tochas ou fogueiras), circunstância que justifica o facto de estas torres terem passado a ser conhecidas como «fachos», e os homens que aí trabalhavam, como «facheiros».

Ponte de Rês e Caminho de Ruivães

Classificação como conjunto de interesse público

Portaria n.º 622/2020, de 19 de outubro

A Ponte de Rês localiza-se num local muito aprazível rodeado por árvores e arbustos, a cerca de 600m da aldeia de Ruivães, União das Freguesias de Ruivães e Campos, concelho de Vieira do Minho. Esta ponte, também conhecida como «Ponte Velha», ergue-se sobre a ribeira de Saltadouro um afluente do rio Cávado situado a poucos metros de distância.

A estrutura da ponte integra um único arco de volta perfeita de grande altura cujo intradorso preserva ainda algumas marcas de canteiro. O tabuleiro é horizontal e forrado com lajes de granito sendo as guardas composta por duas fiadas de pedra aparelhada e encaixada em sistema de macho-fêmea observando-se, no entanto, que, em certos setores, faltam pedras ou foram acrescentadas outras sem relação com a estrutura original. De facto, pela análise das fiadas que formam as guardas desta ponte, verifica-se que, em determinada altura, foi necessário proceder a ações de reabilitação, algo muito habitual se tivermos em conta o uso intenso a que estas estruturas estavam sujeitas. É também interessante notar como o acesso nordeste a esta ponte desenha um ângulo aberto, enquanto o outro, situado a sudeste, é reto.

Tendo em conta as características da ponte, presume-se que será uma construção de finais da Idade Média, mas com alterações efetuadas já em épocas posteriores. No entanto, a antiga via romana que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* através de *Aquae Flaviae* corresponde, em parte, ao «Caminho de Ruivães» que desemboca nesta ponte, observando-se, ao longo deste percurso, extensos trechos pavimentados com um lajeado de tipologia romana.

A Ponte de Rês está também associada a um importante episódio da história de Portugal pelo papel que teve durante a segunda Invasão Francesa. De facto, o corte desta e de outras pontes na região, seguindo as orientações das tropas britânicas e portuguesas, contribuiu para controlar o avanço dos militares franceses comandados pelo Marechal Soult, em 1809.

Ponte Velha de Silves

Classificação como monumento de interesse público e fixação de zona especial de proteção

Portaria n.º 330/2020, de 1 de abril

A ponte velha de Silves, construída num dos pontos em que o rio Arade é mais largo, liga a área urbana localizada a norte, a uma zona essencialmente rural situada a sul. Durante anos esta estrutura era conhecida como a «ponte romana de Silves», sendo hoje um dos monumentos mais emblemáticos da cidade.

Trata-se de uma construção formada por blocos aparelhados de grés de Silves, possuindo, atualmente, 76 m de comprimento, por 5,5 m de largura. Originalmente a ponte era constituída por seis arcos mas, num ato reprovável, um deles foi suprimido para dar continuidade à Estrada Nacional 24 que segue paralela ao rio. Os arcos surgem intervalados por quatro talha-mares sendo ainda visível, na margem norte, junto ao primeiro arco, o vestígio de um quinto talha-mar. O tabuleiro é em cavalete ligeiro e, nos silhares dos arcos, são visíveis marcas de canteiro, algumas delas de desenho gótico.

As guardas possuem cerca de um metro de altura, apresentando um capeamento em silhares arredondados de granito. Os acessos à ponte são hoje bastante diferentes tendo em conta a margem em que se implantam, sendo que a sul, a zona mais preservada, o acesso é feito por rampas laterais, enquanto do lado da estrada marginal, no setor que foi amputado, o projeto incluiu uma escadaria de três lances, algo que, logicamente, não corresponde à feição original, visto a ponte ter sido concebida também para circulação de veículos de tração animal.

Atualmente a Ponte Velha de Silves ostenta uma interessante aparência de silhares à vista, con-

jugada com superfícies de reboco pintado a branco, à semelhança de outras pontes existentes no Algarve.

Foram várias as opiniões sobre a origem desta estrutura, desde a sua atribuição ao Período Romano, como já foi referido, passando pela ideia de ser uma obra de época islâmica. Finalmente a hipótese que é considerada mais verosímil é tratar-se de uma obra de finais da Idade Média, apesar de poder ter uma origem mais antiga. Importa realçar que a primeira referência documental a uma ponte sobre o rio Arade remonta a 1439, altura em que, nas cortes de Lisboa, é relatado o seu mau estado. Assim sendo, é fácil de entender que, tratando-se da mesma ponte, esta teria de ser anterior ao século XV. Existem também informações sobre a conclusão das obras em 1473, obras estas que terão conferido à ponte de Silves a sua atual fisionomia. No entanto, uma estrutura como esta, sempre sujeita à pressão das águas do rio, nomeadamente em época de cheias, obriga a constantes ações de reabilitação como as que se sabe terem sido realizadas nos inícios do século XVIII.